



Governo do Distrito Federal
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
Departamento de Compras
Divisão de Licitações e Contratos

Comunicado - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

À

ALMIX COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS LTDA.

E-mail: almixdf@gmail.com

CAPITAL COMÉRCIO DE MÓVEIS E COLCHÕES LTDA.

E-mail: capitalcolchoes2021@gmail.com

Ref.: Pregão Eletrônico nº 029/2024 – DECOMP/DA - Aquisição de mesas e cadeiras, para atender as necessidades da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP , conforme descrições, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

Processo nº 00112-00012670/2024-14.

Prezados(as) Senhores(as)

Em atenção ao Recurso Administrativo interposto pela empresa ALMIX COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS LTDA, referente ao Pregão Eletrônico em epígrafe, encaminhamos para conhecimento as documentações abaixo relacionadas, oficiando a decisão pelo **IMPROVIMENTO** ao recurso, para manter a desclassificação/inabilitação da referida empresa, tendo em vista que os motivos para desclassificação da recorrente permanecem, nos termos da Nota Técnica 606/2024 -(149632071) e Memorando 69/2024 - (151169368).

- a) Nota Técnica N.º 606/2024 - NOVACAP/PRES/AUDIT - (149632071);
- b) Memorando Nº 69/2024 - NOVACAP/PRES/AUDIT - (151169368);
- c) Relatório Nº 143/2024– NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC - (151439969);
- d) Parecer SEI-GDF n.º 570/2024 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS - (151748599); e
- e) Despachos dos Senhores Diretores Presidente da Companhia - (152139299) e Diretor

Administrativo - (152202880), acolhendo o Relatório da Comissão Permanente de Licitação - CPL e o Parecer da Diretoria Jurídica da Novacap.

As documentações que fundamentaram a tomada de decisão encontram-se à disposição de todos os interessados nos endereços eletrônicos www.novacap.df.gov.br – link: licitações e no www.licitacoes-e.com.br.

Colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Departamento de Compras**, em 27/09/2024, às 12:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **152217277** código CRC= **B010B7C7**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br

À Divisão de Licitações e Contratos (DILIC),

Assunto: Análise dos Índices Econômico-Financeiros

Senhor Chefe,

Procedemos o exame dos Índices econômico-financeiros contidos nestes autos, relativo ao **Pregão Eletrônico nº 029/2024 – DECOMP/DA**, que trata da:

"Aquisição de mesas e cadeiras, para atender as necessidades da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, conforme descrições, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Edital e seus anexos."

A empresa **ALMIX COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS LTDA** considerada arrematante do Lote 01, do certame com o valor total de R\$ 188.798,40, conforme Despacho – NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (149592579).

Nossos exames foram realizados com observância às disposições do Edital supracitado, sobretudo, a análise quanto ao disposto no subitem 7.3.1.5, 7.3.1.5.1, 7.3.1.5.2, 7.3.1.5.3, 7.3.1.6, 7.3.1.6.1 e 7.3.1.6.2 do Edital - (148263446), bem como às Leis 14.133/2021, 11.638/2007, 11.941/2009 e o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Considerando que foram apresentados o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício - DRE, relativos ao período de 01/01/2022 a 31/12/2022 e 01/01/2023 a 31/12/2023 (Últimos Exercícios), devidamente registrados na forma da Lei, conforme Protocolo nº 24/100.496-9 da Junta Comercial do Estado do Distrito Federal.

1. ANÁLISE DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS:

a) **ALMIX COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS LTDA** Patrimônio Líquido no valor de (R\$ 3.419.130,76). Os índices apresentados referentes aos exercícios 2022 e 2023 foram:

Índice	Análise	2022	Situação	2023	Situação	Justificativa
Índice de Liquidez Corrente (LC)	o índice ideal é >1	0,76	INSATISFATÓRIO	0,81	INSATISFATÓRIO	O Patrimônio Líquido é NEGATIVO nos três últimos exercícios.
Índice de Liquidez Geral (LG)	o índice ideal é >1	0,79	INSATISFATÓRIO	0,83	INSATISFATÓRIO	
Índice de Solvência Geral (SG)	o índice ideal é >1	0,79	INSATISFATÓRIO	0,83	INSATISFATÓRIO	
Índice de Endividamento Financeiro (EF)	o índice ideal é <1	- 4,65	INSATISFATÓRIO	- 6,03	INSATISFATÓRIO	
Índice de Endividamento Geral (EG)	o índice ideal é ou ainda <80%	127,39%	ALTA	119,86%	ALTA	

CONCLUSÃO:

Diante da memória de cálculo, acima apresentada, concluímos que a empresa **ALMIX COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS LTDA** apresentou, nos exercícios de 2022 e 2023, os índices econômico-financeiros adversos às margens estabelecidas no subitem 7.3.1.5, 7.3.1.5.1, 7.3.1.5.2, 7.3.1.5.3, 7.3.1.6, 7.3.1.6.1 e 7.3.1.6.2 do Edital, do **Pregão Eletrônico nº 029/2024 – DECOMP/DA**, portanto, possui uma situação financeira DEFICITÁRIA.

Marcus Venicius Lima dos Santos
Assessor de Diretoria

APROVO a presente Nota Técnica, referente à análise dos Índices Econômico-Financeiros, por seus próprios fundamentos.

Antônio Sérgio Xavier
Chefe da Auditoria Interna



Documento assinado eletronicamente por **MARCUS VENÍCIUS LIMA DOS SANTOS - Matr.0973482-1, Assessor(a)**, em 28/08/2024, às 08:57, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO SÉRGIO XAVIER - Matr.0973611-5, Chefe da Auditoria Interna**, em 29/08/2024, às 09:36, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **149632071** código CRC= **68FC3A1A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF
Telefone(s): 3403-2471
Site - www.novacap.df.gov.br

00112-00012670/2024-14

Doc. SEI/GDF 149632071

Memorando Nº 69/2024 - NOVACAP/PRES/AUDIT

Brasília-DF, 16 de setembro de 2024.

Ao Departamento de Compras (DECOMP),

Assunto: Análise de Recurso Administrativo.

Senhora Chefe do Departamento de Compras,

Em atendimento ao Despacho— NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (151052941), o qual solicita análise do Recurso Administrativo interposto tempestivamente pela empresa ALMIX COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS LTDA (150657529), temos a informar:

1. Do pedido interposto pela recorrente:

"IV– DOS PEDIDOS: Diante dos fatos descritos acima, solicita-se a revisão da desclassificação levando em consideração o fato de que o capital social contempla de maneira satisfatória a porcentagem de 10% do valor estimado total da licitação."

a) Como demonstrado na Memória de Cálculo (150031613), os índices apresentados pela empresa requerente, por intermédio das Demonstrações Financeiras, dos exercícios 2021, 2022 e 2023 (149588423) estavam severamente prejudicados, e mais, o Patrimônio Líquido encontrava-se negativo, nos três últimos exercícios financeiros, fato que comprova que a empresa estava, no período analisado, em sucessivos prejuízos, o que a impede de honrar com seus compromissos financeiros.

b) Quanto a informação do Capital Social, no valor de R\$ 1.000.000,00:

	2021	2022	2023
Patrimônio Líquido	(1.278.697,44)	(3.593.188,56)	(3.149.130,73)
Capital Social	300.000,00	300.000,00	1.000.000,00
Prejuízos Acumulados	(1.578.697,44)	3.896.188,56	(2.149.130,73)

A Situação Líquida da empresa é NEGATIVA, uma vez que seus ativos (bens e direitos) se liquidados, não cobrem suas obrigações e dívidas, bem como o Capital Social (registrado) é inexistente, uma vez que foi comprometido por sucessivos prejuízos.

ATIVO	
--------------	--

<p>SITUAÇÃO LÍQUIDA</p> <p>ou</p> <p>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</p>	<p>PASSIVO</p>
--	-----------------------

Assim, diante dos índices confirmados, os quais apontam a dificuldade econômica-financeira da empresa ALMIX COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS LTDA, deve ser negado provimento ao recurso interposto, ratificando-se, por conseguinte, a Nota Técnica nº 618/2024 (150031806), emitida em 02 de setembro de 2024.

Atenciosamente,

Antônio Sérgio Xavier
Chefe da Auditoria Interna



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO SÉRGIO XAVIER - Matr.0973611-5, Chefe da Auditoria Interna**, em 17/09/2024, às 11:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **151169368** código CRC= **EB2153B7**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF
Telefone(s): 3403-2471
Sítio - www.novacap.df.gov.br

Assunto: Resposta ao Recurso nº 150657529

Referência: Pregão Eletrônico nº 029/2024 – DECOMP/DA

Objeto: Aquisição de mesas e cadeiras, para atender as necessidades da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, conforme descrições, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

1. DAS PRELIMINARES

Trata-se do Recurso Administrativo interposto pela empresa ALMIX COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS - (150657529), contra a sua desclassificação.

2. DA TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO

A declaração de vencedor ocorreu no dia 05/09/2024, conforme histórico parcial da licitação, Doc. Sei! nº 151052681; e a empresa recorrente protocolou o Recurso Administrativo em 09/09/2024.

Primeiramente, cumpre demonstrar a **tempestividade e o cabimento do presente recurso**, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.

3. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

A Recorrente, em suas Razões de Recurso, requereu, em suma, "*a revisão da desclassificação levando em consideração o fato de que o capital social contempla de maneira satisfatória a porcentagem de 10% do valor estimado total da licitação*".

4. DA ANÁLISE DO RECURSO

Por se tratar de aspectos eminentemente técnicos, a Auditoria Interna da NOVACAP foi instada a se manifestar, e respondeu a demanda através do Memorando 69 (151169368), abaixo transcrito:

Em atendimento ao Despacho – NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (151052941), o qual solicita análise do Recurso Administrativo interposto tempestivamente pela empresa ALMIX COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS LTDA (150657529), temos a informar:

1. Do pedido interposto pela recorrente:

"IV– DOS PEDIDOS: Diante dos fatos descritos acima, solicita-se a revisão da desclassificação levando em consideração o fato de que o capital social contempla de maneira satisfatória a

porcentagem de 10% do valor estimado total da licitação."

a) Como demonstrado na Memória de Cálculo (149631876), os índices apresentados pela empresa requerente, por intermédio das Demonstrações Financeiras, dos exercícios 2021, 2022 e 2023 (149588423) estavam severamente prejudicados, e mais, o Patrimônio Líquido encontrava-se negativo, nos três últimos exercícios financeiros, fato que comprova que a empresa estava, no período analisado, em sucessivos prejuízos, o que a impede de honrar com seus compromissos financeiros.

b) Quanto a informação do Capital Social, no valor de R\$ 1.000.000,00:

	2021	2022	2023
Patrimônio Líquido	(1.278.697,44)	(3.593.188,56)	(3.149.130,73)
Capital Social	300.000,00	300.000,00	1.000.000,00
Prejuízos Acumulados	(1.578.697,44)	3.896.188,56	(2.149.130,73)

A Situação Líquida da empresa é NEGATIVA, uma vez que seus ativos (bens e direitos) se liquidados, não cobrem suas obrigações e dívidas, bem como o Capital Social (registrado) é inexistente, uma vez que foi comprometido por sucessivos prejuízos.

ATIVO	PASSIVO
SITUAÇÃO LÍQUIDA ou PATRIMÔNIO LÍQUIDO	

Assim, diante dos índices confirmados, os quais apontam a dificuldade econômica-financeira da empresa ALMIX COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS LTDA, deve ser negado provimento ao recurso interposto, ratificando-se, por conseguinte, a Nota Técnica nº 606/2024 (149632071), emitida em 28 de agosto de 2024.

5. CONCLUSÃO

Respaldando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, concluiu-se pelo recebimento do recurso da empresa ALMIX COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS, e, no mérito, sugerimos que lhe seja **NEGADO PROVIMENTO**, para manter a desclassificação da Recorrente, tendo em vista que os motivos para desclassificação da RECORRENTE permanecem, nos termos da Nota Técnica 606/2024 -(149632071) e Memorando 69/2024 - (151169368).

Encaminhem-se os autos à decisão superior do Senhor Presidente da Companhia Urbanizado da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, em atenção ao Art. 76, VII, do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP e legislação pertinente.

Atenciosamente,

Juscelino Ferreira da Silva

- Pregoeiro -

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **JUSCELINO FERREIRA DA SILVA - Matr.0972768-X, Pregoeiro(a)**, em 19/09/2024, às 08:09, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **151439969** código CRC= **314C3913**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Diretoria Jurídica

Departamento Jurídico Consultivo

Parecer SEI-GDF n.º 570/2024 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS

Processo n.º 00112-00012670/2024-14

Interessado: Presidência/ Departamento de Compras/ Divisão de Licitações e Contratos

Assunto: Recurso Administrativo – Edital de Pregão Eletrônico n.º 029/2024

E m e n t a: Análise jurídico-formal do recurso apresentado em face da desclassificação de licitante do Pregão Eletrônico n.º 029/2024, cujo objeto é a aquisição de mesas e cadeiras, para atender as necessidades da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP

Senhor Chefe-Adjunto do DECONS/DJ,

1. RELATÓRIO

1. Trata-se o presente processo do Edital de Pregão Eletrônico n.º 029/2024 (117834937), cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de adubos e defensivos, para atender às demandas da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, visando às atividades de defesa fitossanitária e adubação e as produções de mudas gerenciadas pela DIAGRO, através dos VIVEIROS I E II.

2. A Presidência da Novacap, por meio do Despacho NOVACAP/PRES (151503133), encaminhou os autos a esta Diretoria Jurídica solicitando o que segue:

Trata-se do **Pregão Eletrônico n.º 029/2024 – DECOMP/DA** cujo objeto é a aquisição de mesas e cadeiras, para atender as necessidades da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, conforme descrições, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

O Pregoeiro, por meio do **Relatório N.º 143/2024 – NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (151439969)**, sugeriu pelo recebimento do Recurso administrativo da empresa ALMIX COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS LTDA, para, no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, para manter a desclassificação da Recorrente, tendo em vista que os motivos para desclassificação da recorrente permanecem, nos termos da Nota Técnica 606/2024 -(149632071) e Memorando 69/2024 - (151169368).

Os autos foram encaminhados a esta Presidência pelo Departamento de

Compras, mediante o **Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (151444398)**, para decisão acerca do recurso interposto pela licitante, conforme preconiza o artigo 124 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

Desta forma, visando dar embasamento jurídico à decisão a ser tomada por esta Presidência, conforme determina o artigo 25, XI do Estatuto Social da NOVACAP, encaminhamos os autos para análise, no que couber, e parecer acerca dos Relatórios citados e dos recursos interpostos pela empresa referenciada.

3. É o relatório.

2. **ANÁLISE**

4. A princípio se esclarece que esta análise se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, não sendo objeto deste parecer a avaliação quanto à oportunidade e conveniência do gestor, nem em relação a aspectos técnicos, econômicos e orçamentários. A função da unidade de assessoramento jurídico é apontar possíveis riscos e recomendar providências para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real necessidade de se adotar ou não a precaução sugerida.

5. Ressalte-se que esta análise é opinativa, não vinculante para o gestor público, o qual poderá de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa da aqui apresentada, e se restringe exclusivamente aos aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica.

6. Registre-se que esta análise se incumbe às disposições da Lei nº 13.303, de 2016, que é o novo marco legal obrigatório a todas as empresas públicas e as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, e cuja aplicação afasta as normas e disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que somente poderá ser adotada nas raríssimas exceções previstas na citada Lei que instituiu o novo estatuto jurídico de licitações e contratos administrativos.

7. Prosseguindo na análise, destaca-se que na sistemática instituída pela Lei 13.303/2016, o recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido, que apreciará sua admissibilidade.

8. Acerca da competência para julgamento do recurso, destaca-se o posicionamento dos autores Jessé Torres Pereira Júnior, Juliano Heinen, Marinês Restelatto e Rafael Maffini ¹:

“Caberá ao regulamento interno da empresa estatal indicar a autoridade competente para o julgamento do recurso administrativo, o modo e a forma como deve ser encaminhado a essa autoridade, o prazo para interposição de recurso conforme estabelecido no art. 59 da Lei nº 13.303/16, o termo inicial desse prazo e as consequências da não interposição.”

9. O Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP institui, nos moldes do art. 123, que a autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão objeto do recurso, ou decidindo manter a decisão, encaminhará o processo à autoridade superior, acompanhada de relatório circunstanciado sobre as razões do recurso, contrarrazões, descrição dos atos praticados e os argumentos técnicos ou jurídicos que desconstituem os argumentos lançados, apresentado, também, proposta de decisão.

10. A doutrina administrativista conceitua licitação como um procedimento administrativo, de observância obrigatória pelos órgãos e entidades da Administração Pública, em que, observada a igualdade entre os participantes, seleciona a proposta mais vantajosa ao poder público, uma vez preenchidos os requisitos mínimos necessários ao bom cumprimento das obrigações elencadas no instrumento convocatório e em seu respectivo contrato administrativo.

11. As normas do edital ditam as regras do certame e a sua inobservância fere o princípio da vinculação do instrumento, corolário do princípio da legalidade. Insere-se na esfera de discricionariedade da Administração Pública a eleição das exigências editalícias consideradas necessárias e adequadas em relação ao objeto licitado, com a devida fundamentação técnica.

12. Sobre o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, convém mencionar o ensinamento de Maria Sylvia Zanella Di Pietro²:

"Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).

Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou.

Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital."

13. Do mesmo modo, eis a lição de José dos Santos Carvalho Filho³:

"A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

Se o instrumento de convocação, normalmente o edital tiver falha, pode ser corrigido, desde que oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade de se amoldarem a ela.

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto."

14. A interposição de recurso administrativo é cabível contra atos decisórios da Licitante nos

casos de habilitação ou inabilitação, julgamento das propostas, anulação ou revogação da licitação, indeferimento do pedido de inscrição em registro-cadastral, sua alteração ou cancelamento.

15. No presente caso, a empresa ALMIX COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS interpôs recurso em face da decisão que resultou na sua desclassificação, em virtude do balanço patrimonial apresentado não está em conformidade com as exigências contidas no Edital.

16. Em suas razões, a recorrente alega que:

A desclassificação da empresa é baseada no índice de liquidez que está menor que 1 como está explícito em edital, porém o edital faz menção ao patrimônio líquido OU capital social também como meios de comprovar a aptidão da empresa em realizar o fornecimento. “7.3.2.10.3 Comprovação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor esmado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, admitida a atualização para esta data por intermédio de índices oficiais. Acredita-se que pelo fato da empresa ter capital social de 1.000.000,00 (Um Milhão De Reais) ela estaria habilitada para o certame, embora os índices realmente estejam negativos, a de menos que o edital da NOVACAP esteja buscando que além das empresas terem índices positivos elas precisam também ter o capital social ou patrimônio líquido de 10%, ou seja comprovar os dois fatores.

17. Instado a se manifestar, o chefe da Auditoria se manifestou no Memorando 69 (151169368):

Assim, diante dos índices confirmados, os quais apontam a dificuldade econômica-financeira da empresa ALMIX COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS LTDA, deve ser negado provimento ao recurso interposto, ratificando-se, por conseguinte, a Nota Técnica nº 618/2024 (150031806), emitida em 02 de setembro de 2024.

18. No caso em comento, verifica-se que a empresa tinha a responsabilidade de comprovar boa situação econômica e financeira, para fins de habilitação:

7.3.1.5 Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação o financeira da empresa, acompanhadas da análise econômico-financeira, sendo essas, em papel timbrado da empresa, legível, sem rasuras e devidamente assinada pelo representante legal e o profissional de contabilidade legalmente habilitado e autorizado. É vedada a substituição do Balanço Patrimonial por balancetes ou balanços provisórios. Será considerado o dia 1º de julho do exercício em que ocorrer a licitação como marco inicial para a apresentação do balanço e demonstrações contábeis do exercício imediatamente anterior ao do certame.

7.3.1.5.1 As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente registrado;

7.3.1.5.2 A boa situação financeira da sociedade empresária será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral ≥ 1 , Solvência Geral ≥ 1 , Liquidez corrente ≥ 1 , Endividamento Geral $\leq 80\%$ (oitenta por cento) e Endividamento Financeiro ≤ 1 , resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Geral (LG)

$ILG = (\text{ATIVO CIRC} + \text{ATIVO NÃO CIRC}) / (\text{PASSIVO CIRC} + \text{PASSIVO NÃO CIRC})$

Índice de Solvência Geral (SG)

$ISG = \text{ATIVO TOTAL} / (\text{PASSIVO CIRC} + \text{PASSIVO NÃO CIRC})$

Índice de Liquidez Corrente (LC)

ILC = ATIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRCULANTE

Índice de Endividamento Geral (EG)

$EG = (DÍVIDA\ TOTAL / ATIVO\ TOTAL) \times 100$

Índice de Endividamento Financeiro (EF)

$EF = DÍVIDA\ BRUTA\ (DE\ CURTO\ E\ LONGO\ PRAZO) / PATRIMÔNIO\ LÍQUIDO$

7.3.1.5.3 Comprovação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, admitida a atualização para esta data por intermédio de índices oficiais.

7.3.1.5.3.1 - Caso seja atingido o limite da capacidade operacional e/ou econômico financeiro da arrematante, esta será declarada inabilitada para o lote(s) subsequente(s), observada a ordem sequencial dos lotes constantes do instrumento convocatório.

7.3.1.6 Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, 1/12 (um doze avos) do valor global dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura do certame, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital.

7.3.1.6.1 A declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social.

7.3.1.6.2 Quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

19. Sobre o vício na habilitação da empresa, verifica-se que a Lei nº 13.303/16, assim determina:

Art. 58. A habilitação será apreciada exclusivamente a partir dos seguintes parâmetros: [\(Vide Lei nº 14.002, de 2020\)](#)

I - exigência da apresentação de documentos aptos a comprovar a possibilidade da aquisição de direitos e da contração de obrigações por parte do licitante;

II - qualificação técnica, restrita a parcelas do objeto técnica ou economicamente relevantes, de acordo com parâmetros estabelecidos de forma expressa no instrumento convocatório;

III - capacidade econômica e financeira;

IV - recolhimento de quantia a título de adiantamento, tratando-se de licitações em que se utilize como critério de julgamento a maior oferta de preço.

§ 1º Quando o critério de julgamento utilizado for a maior oferta de preço, os requisitos de qualificação técnica e de capacidade econômica e financeira poderão ser dispensados.

§ 2º Na hipótese do § 1º, reverterá a favor da empresa pública ou da sociedade de economia mista o valor de quantia eventualmente exigida no instrumento convocatório a título de adiantamento, caso o licitante não efetue o restante do pagamento devido no prazo para tanto estipulado.

20. Com efeito, a aplicação de índices contábeis previstos no instrumento convocatório tem o

condão de comprovar a boa situação econômica e financeira da empresa de forma objetiva, ou seja, permita a inferência de que ele tem condições de executar satisfatoriamente o serviço contratado.

21. A auditoria interna da NOVACAP, com expertise no tema, entendeu que empresa possui uma situação financeira DEFICITÁRIA. Isso porque apresentou nos exercícios financeiros de 2022 e 2023 os índices econômico-financeiros em desconformidade com as margens estabelecidas no atestado apresentado pela recorrente não atende a atividade exigida no subitem nos subitens 7.3.1.5, 7.3.1.5.1, 7.3.1.5.2, 7.3.1.5.3, 7.3.1.6, 7.3.1.6.1 e 7.3.1.6.2 do Edital do **Pregão Eletrônico nº 029/2024 –DECOMP/DA**.

22. Assim, de se notar que a matéria é de caráter eminentemente técnico, o que foge a competência deste Departamento Jurídico Consultivo.

23. Sob o aspecto jurídico do procedimento, considerando as regras estabelecidas no Edital, as normas que regem o certame e as razões apresentadas nos recursos, amparando-se no posicionado firmado pela área técnica no Memorando 69 - NOVACAP/PRES/DE/DEDIF/DIFIS (131697162), em relação a dificuldade econômica-financeira da empresa, a decisão exarada pelo pregoeiro no Relatório 143 (151439969), que deu provimento ao recurso para desclassificar/inabilitar a Recorrida, não merece ser reformada.

3. **CONCLUSÃO**

24. Ante ao exposto, com base nos princípios que regem o procedimento licitatório, em análise quanto aos aspectos jurídicos, conclui-se que a decisão do Senhor Pregoeiro não merece reforma, sugerindo que seja negado provimento ao recurso administrativo interposto, conforme razões acima expostas.

25. É o parecer *sub censura*.

JULIANA IGLESIAS MEDEIROS SALLES

Assessora DECONS/DJ/NOVACAP

OAB/DF nº 31.682

1. Acolho os termos do presente Parecer SEI-GDF n.º 570/2024 - NOVACAP/PRES/DECONS, pelos seus próprios fundamentos.

2. Após a manifestação de Vossa Senhoria, sugiro que sejam os autos encaminhados a Presidência para conhecimento.

ANTONIO MARQUES DOS REIS FILHO

Chefe-Adjunto do Departamento Jurídico Consultivo da Diretoria Jurídica

DECONS/DJ/NOVACAP

OAB/DF nº 35.184



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA IGLESIAS MEDEIROS SALLES - Matr.0973620-4, Assessor(a)**, em 25/09/2024, às 14:41, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO MARQUES DOS REIS FILHO - Matr.0973336-1, Chefe do Departamento Jurídico Consultivo**, em 25/09/2024, às 14:47, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **151748599** código CRC= **47819DE2**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF

Despacho— NOVACAP/PRES

Brasília, 26 de setembro de 2024.

À Diretoria Administrativa,
Com vistas ao Departamento de Compras - DECOMP.

Assunto: Decisão do Recurso Administrativo.

Referência: **Pregão Eletrônico nº 029/2024 – DECOMP/DA.**

1. Trata-se do **Pregão Eletrônico nº 029/2024 – DECOMP/DA** cujo objeto é a aquisição de mesas e cadeiras, para atender as necessidades da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, conforme descrições, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.
2. O Pregoeiro, por meio do **Relatório Nº 143/2024 – NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (151439969)**, sugeriu pelo recebimento do Recurso administrativo da empresa ALMIX COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS LTDA, para, no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, para manter a desclassificação da Recorrente, tendo em vista que os motivos para desclassificação da recorrente permanecem, nos termos da Nota Técnica 606/2024 - (149632071) e Memorando 69/2024 - (151169368).
3. Os autos foram encaminhados a esta Presidência pelo Departamento de Compras, mediante o **Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC 151444398**), para decisão acerca do recurso interposto pela licitante, conforme preconiza o artigo 124 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.
4. Na sequência, os autos foram submetidos à Diretoria Jurídica, nos termos do Despacho - NOVACAP/PRES (151503133) a qual, mediante o **Parecer SEI-GDF nº 570/2024 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS (151748599)**, aprovado pelo Diretor Jurídico (152030826), concluiu o seguinte:

"Ante ao exposto, com base nos princípios que regem o procedimento licitatório, em análise quanto aos aspectos jurídicos, conclui-se que a decisão do Senhor Pregoeiro não merece reforma, sugerindo que seja negado provimento ao recurso administrativo interposto, conforme razões acima expostas."
5. Ante o exposto, mantenho o entendimento exarado pela Diretoria Jurídica (152030826 e 151748599) e pela Comissão Permanente de Licitação - CPL, nos termos do Relatório Nº 143/2024 — NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (151439969), e **DECIDO NEGAR PROVIMENTO** ao recurso apresentado pelo ALMIX COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS.
6. Restituo os autos para as providências necessárias ao prosseguimento do certame.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE - Matr.0973488-0, Diretor(a) Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, em 26/09/2024, às 16:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **152139299** código CRC= **8D5C4D76**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s): 3403-2310
Sítio - www.novacap.df.gov.br

00112-00012670/2024-14

Doc. SEI/GDF 152139299

Despacho— NOVACAP/PRES/DA

Brasília, 27 de setembro de 2024.

Ao Departamento de Compras (DECOMP),

Assunto: Decisão do Recurso Administrativo.

1. Trata-se do **Pregão Eletrônico nº 029/2024 – DECOMP/DA(117834937)**, cujo objeto é a aquisição de mesas e cadeiras, para atender as necessidades da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, conforme descrições, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.
2. Encaminhamos o Despacho— NOVACAP/PRES (152139299) o qual informa que o Pregoeiro, por meio do **Relatório Nº 143/2024– NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC 151439969**), sugeriu pelo recebimento do Recurso administrativo da empresa ALMIX COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS LTDA, para, no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, para manter a desclassificação da Recorrente, tendo em vista que os motivos para desclassificação da recorrente permanecem, nos termos da Nota Técnica 606/2024 -(149632071) e Memorando 69/2024 - (151169368).
3. Os autos foram encaminhados a esta Presidência pelo Departamento de Compras, mediante o **Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC 151444398**), para decisão acerca do recurso interposto pela licitante, conforme preconiza o artigo 124 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.
4. Na sequência, os autos foram submetidos à Diretoria Jurídica, nos termos do Despacho - NOVACAP/PRES (151503133) a qual, mediante o **Parecer SEI-GDF n.º 570/2024 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS (151748599)**, aprovado pelo Diretor Jurídico (152030826), concluiu o seguinte:

"Ante ao exposto, com base nos princípios que regem o procedimento licitatório, em análise quanto aos aspectos jurídicos, conclui-se que a decisão do Senhor Pregoeiro não merece reforma, sugerindo que seja negado provimento ao recurso administrativo interposto, conforme razões acima expostas."
5. Diante disso, o Sr. Diretor Presidente mantém o entendimento exarado pela Diretoria Jurídica (152030826 e 151748599) e pela Comissão Permanente de Licitação - CPL, nos termos do Relatório Nº 143/2024 — NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (151439969), e **DECIDE NEGAR PROVIMENTO** ao recurso apresentado pelo ALMIX COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS.
6. Para ciência e providências.



Documento assinado eletronicamente por **ELIE ISSA EL CHIDIAC - Matr.0973550-X, Diretor(a) Administrativo(a)**, em 27/09/2024, às 11:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **152202880** código CRC= **72FA0400**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF
Telefone(s): 3403-2313
Sítio - www.novacap.df.gov.br

00112-00012670/2024-14

Doc. SEI/GDF 152202880